

Falando D'Hireito

Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos
"Margarida Maria Alves"

Ano 3 - Nº 9 - julho, agosto e setembro de 2006

Planos Diretores Participativos

Revisão na capital ainda não foi iniciada

Diógenes de Luna

A menos de quatro meses para ser apresentada ao Ministério das Cidades, a revisão do Plano Diretor (PD) de João Pessoa ainda não foi iniciada. Até o fechamento desta edição do Falando D'Hireito, uma equipe técnica foi designada para a revisão do plano, mas nenhuma audiência pública foi realizada. Em todo o Brasil, os prefeitos municipais têm até outubro deste ano para elaborar ou revisar os PDs das cidades que administram. Aqueles que descumprirem a determinação do Ministério serão penalizados por improbidade administrativa.

De acordo com Yure Silva Lima, do Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferurb), apenas atividades técnicas de revisão do PD de João Pessoa estão acontecendo. "Ainda não foram realizadas audiências públicas, que garantem a participação popular, e o que se tem até agora são alguns mapas da cidade revisados", revela Yure, lembrando que a participação popular para a elaboração dos PDs é um critério exigido pela Lei Federal nº 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade.

O Plano Diretor de João Pessoa existe desde 1992. O órgão responsável pela revisão dele é a Secretaria do Planejamento (Seplan) e a reportagem tentou falar

com o secretário, Luciano Agra, mas não obteve resposta. A assessora de imprensa da Seplan, Raquel Medeiros, reforça que nada está acontecendo na revisão do PD da cidade atualmente.

O silêncio da Seplan infringe o Estatuto da Cidade que regulamenta que "o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos" deve ser garantido pelos Poderes Públicos Municipais.

Raquel lembra que o PD de João Pessoa foi um projeto

estão com seus planos prontos, três estão sem o plano e o restante está em processo de elaboração.

Participação popular - O Estatuto da Cidade prevê a participação popular na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e a gestão democrática é tida como fundamental.

O PD é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Estatuto das Cidades define que o PD deve ser revisado, pelo menos, a cada dez anos. O de João Pessoa tem 14 anos e nunca foi revisado.

No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais devem promover audiências públicas com a participação da população, através de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, além de dar publicidade aos documentos e informações produzidos.

São obrigados a elaborar os PDs até outubro municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, com áreas de interesse turístico ou situados em áreas de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental na região ou no país.



avanzado para a época, já que alguns instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade de 2001 já existiam no plano da capital. "Ele antecipa alguns pontos da lei federal, como, por exemplo, a outorga onerosa", destaca.

Na Paraíba, 30 municípios devem apresentar seus PDs, sendo que apenas quatro deles

A Fundação fala

Editorial

Nem sempre a verdade é aquela que aparenta. E muitas vezes esta situação gera injustiças. Foi o que aconteceu com Rosângela Silva Santana, vítima de constante violência por parte de seu marido, mas que foi presa durante três dias acusada de tentativa de homicídio e porte ilegal de armas. A história de Rosângela pode ser conferida na página 3 desta edição, mas a Fundação Margarida Maria Alves não pode deixar de manifestar seu repúdio contra a situação a que a jovem foi submetida.

A forma humilhante com que Rosângela foi presa, exposta seminua e totalmente desprotegida diante dos policiais militares nos revolta e reitera nosso pensamento de que a sociedade ainda está longe de tratar quem com justiça pratica violência. Ainda bem que Rosângela não esmoreceu diante do que lhe aconteceu e fez questão de posar mostrando o rosto para as fotos da nossa matéria. Ela é a face da luta que os movimentos de defesa dos Direitos Humanos continuam travando todos os dias.

EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.

Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Tele-fax: 3221-3014

www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável: Aline Oliveira (1963/PB). Reportagem e diagramação:

Aline Oliveira e Diógenes de Luna.
Tiragem: 700 exemplares.

Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor
Impressão: F&A Gráfica e Editora

Eleição Presidencial de 2006: Lula caminhando para a vitória?

Ítalo Fittipaldi

Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Paraíba

As últimas pesquisas de intenção de voto apontam para uma folgada vitória do atual Presidente no primeiro turno da eleição de outubro. Com base nas últimas pesquisas de intenção de voto (Ibope; Sensus/CNT; DataFolha), o longo processo de exposição à mídia dos variados “escândalos” de seu governo e as tímidas taxas de crescimento econômico registrado por sua administração, parecem não ter afetado a imagem do chefe do Executivo junto ao eleitorado. A que se deve esta “blindagem” da imagem presidencial de Lula? Observando as opções de políticas da administração petista é possível encontrar algumas explicações para este fato.

A Ciência Política contemporânea identifica o processo de tomada de decisão do voto como uma escolha racional do eleitor, que define sua preferência baseada na *taxa líquida de retorno* proporcionada ou esperada em relação a cada candidato. Ou seja, o indivíduo define seu voto de

acordo com os ganhos que espera obter - ou que já obteve - com as políticas públicas produzidas, ou a serem executadas em determinado período de tempo. Assim, desde que uma parcela da população sinta-se atendida pelo grupo político situacionista, não será a exposição midiática de escândalos na administração federal que reduz a empatia gerada entre o Presidente e o eleitorado. Não por acaso, o maior programa social em execução

no mundo - o programa Bolsa Família - tornou-se o principal cabo-eleitoral lulista. Afinal, se a taxa de crescimento econômico ainda é tímida, ao desagregá-la, percebe-se que a expansão de renda nas camadas mais baixas da população, decorrente da execução deste programa, apresenta significativo aumento.

Para expressivo contingente populacional beneficiado por esta política pública nada mais natural que manifestar sua preferência pelo atual governo. Será que acontecerá algo até outubro para mudar este quadro?

“O indivíduo define seu voto de acordo com os ganhos que espera obter - ou que já obteve - com as políticas públicas produzidas.”

Caro leitor, você também pode contribuir com a continuidade dos programas e projetos na defesa dos Direitos Humanos, promoção e exercício da cidadania, desenvolvidos pela Fundação, através de doações na **Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco** ou adquirindo nossos produtos.



Outro Brasil, com Justiça Social e Cidadania, é possível!



Caso Rosângela**Vítima de tortura é acusada de tentativa de homicídio**

Aline Oliveira

Uma mulher, vítima de constante violência por parte do marido, é acusada de tentativa de homicídio e detida depois de apontar uma arma para ele, ficando presa durante três dias no Presídio Feminino Bom Pastor, em João Pessoa. O que pode parecer incoerência, na verdade é a história de Rosângela Silva Santana, de 38 anos, que marcou a atuação dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos na Paraíba no último mês

de junho. Rosângela recebeu o habeas corpus e foi libertada, mas a luta travada pelos movimentos está tendo prosseguimento na justiça, com o objetivo de não permitir que ela seja condenada e pague pelo fato de ter tentado se defender da agressão que há anos vinha sofrendo.

A história da prisão de Rosângela começou na noite do dia 16 de junho, quando ela estava em uma festa perto da casa onde mora, em Tibiri II, junto com colegas de

durante horas.

Ao chegar em casa, antes de entrar, Gaudino rasgou a roupa da esposa com um canivete e começou a espancá-la, avisando que sabia o que estava fazendo e não deixaria marcas. Por isso, não adiantaria que ela fizesse exame de corpo delicto. O cabo chegou a ameaçar-lhe com um revólver colocado em sua boca, dizendo que poderia atirar a qualquer momento.

Foi em um momento de distração do marido que Rosângela conseguiu se soltar e pegar a arma, que estava em cima do banco, conseguindo fugir do carro, mas sendo seguida por ele. Ao ser alcançada, teve início uma briga com Gaudino, que resultou no disparo no ar, efetuado pela arma que estava nas mãos da esposa. Mesmo assim, o marido a prendeu e chamou colegas policiais, que chegaram em uma viatura e prenderam Rosângela, que a esta altura estava completamente nua, por volta das 5 horas da manhã.

Levada para a 8ª Delegacia de Polícia de João Pessoa, Rosângela foi presa e autuada em flagrante por tentativa de homicídio e porte ilegal de arma, além de ficar exposta aos olhares dos policiais, e depois foi levada para o presídio. O *habeas corpus* só foi concedido três dias

Mobilização continua

Mesmo com a concessão do *habeas corpus*, os movimentos feminista, de mulheres e de defesa dos Direitos Humanos estão lutando para reverter a acusação contra Rosângela, de forma que o agressor seja acusado por tortura, considerado crime hediondo pela Lei 8072, de 1990. Uma comissão está pedindo que seja concedida proteção por parte da polícia para Rosângela, seus filhos e familiares. Aproveitando o momento, também voltaram à tona as reivindicações para a construção de uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência na Paraíba, além de fortalecer o lobby para aprovação do projeto de lei contra a violência doméstica.



Diógenes de Luna

Acusação - Rosângela foi violentada e depois presa

História de violência já tinha 20 anos

De acordo com a advogada da Fundação Margarida Maria Alves, Cândida Moreira Magalhães, que compõe a equipe que está fazendo a defesa de Rosângela na justiça, o ciclo de violência contra Rosângela já tem duas décadas. Há três anos, cansada das agressões e humilhações a que era submetida, ela resolveu se separar, voltou a estudar e trabalhar, atuando hoje na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do município de João Pessoa. “Ela estava tentando se reerguer e retomando a vida que deixou de viver ao longo dos 20 anos de casamento”, conta.

No último ano, as sucessivas tentativas de reaproximação do

marido e as constantes demonstrações de estar arrependido e disposto a mudar para reatar o casamento fizeram Rosângela dar-lhe uma chance, o que a fez voltar a morar com ele há cerca de seis meses. Mas, ao longo deste período, ela voltou a ser agredida, denunciando o marido à polícia três vezes sem perceber nenhuma providência. O habeas corpus que libertou Rosângela foi concedido pelo desembargador Antônio Carlos Coelho, do Tribunal de Justiça da Paraíba, que atendeu ao pedido da advogada Josenice de Andrade, entendendo que Gaudino havia invertido a situação de violência para beneficiar-se.

Fundação publica seu balancete de 2005

FUNDAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS MARGARIDA MARIA ALVES

RUA IRINEU JOFILLY, 185, CENTRO

JOÃO PESSOA - PB

CNPJ 70.133.764/0001-30

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponível			Fornecedores e Contas a Pagar		
Caixa	496,82		Impostos Taxas e Contribuições	22,02	22,02
Bancos Conta Movimento R Livres	1,00		Obrigações Trabalhistas e Sociais		
Bancos Conta Movimento R Restritos	19.806,86		Pessoal e Encargos Sociais	2.500,06	2.500,06
Aplicação Financ Liq Imed R Livres	36.179,33		Recursos Projet Cont Convênios		
Aplicação Financ Liq Imed R Restritos	50.226,07	106.710,08	Entidade Privada Nacional	25.613,64	
Créditos			Entidade Internacional	1.223.412,94	1.249.026,58
Aplicações Financ Prazo R Restritos	1.000,00		Recursos Projetos Aplicados		
Adiantamentos	2.340,23		Recursos Aplic Entidade Priv Nacional	(21.104,91)	
Valores Pendentes Prest Contas	140,09		Recursos Aplic Entid Priv Internacional	(1.146.839,49)	(1.167.944,40)
Creditos Tributarios	21,88		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		
Outros Valores a Receber	10.237,18	13.739,38	83.604,26		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO		
120.449,46			Patrimônio social		
ATIVO PERMANENTE			Fundos de Instituição e Social	8.461,38	
Imobilizado			Superavit ou Deficit Acumulado	116.374,79	
Bens Tangíveis e Intangíveis	92.116,72		Superavit ou Deficit do Exercício	3.174,49	128.010,66
(-) Depreciação Acumulada	(951,26)	91.165,46	TOTAL DO PATRIMÔNIO		
TOTAL DO ATIVO			128.010,66		
211.614,92			TOTAL DO PASSIVO		
			211.614,92		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
Receitas Ordinárias e Associativas		14.516,64
Receitas Extraordinárias não Associativas		380,00
Venda de Bens e Serviços		763,00
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL		
Receita Líquida de Contribuições Ordinárias Associativas		14.516,64
Receita Líquida de Contribuições Extraordinárias não Associativas		380,00
Receita Líquida da Venda de Bens e Serviços		763,00
SUPERÁVIT BRUTO OPERACIONAL		
Superávit Bruto Contribuições Ordinárias Associativas		14.516,64
Superávit Bruto Contribuições Extraordinárias não Associativas		380,00
Superávit Bruto da Venda de Bens e Serviços		763,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		(19.271,11)
Despesas Financeiras		(5.190,30)
Receitas Financeiras		12.594,05
Despesas com Pessoal		(617,79)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		
3.174,49		

João Pessoa, 31 de dezembro de 2005.

Maria do Socorro Targino Praxedes
Presidente

Haroldo Serrano de Andrade
Vice-presidente

Paulo Rodrigues da Silva
Contador CRC-PB 4429/O-7



Fotos: Diógenes de Luna

Realidade - O que parece apenas utopia para a maioria das comunidades, foi possível graças ao envolvimento da comunidade

Controle social traz melhorias à “Maria de Nazaré”

Diógenes de Luna

Projeto piloto em capacitação para geração de emprego e renda. Posto do Programa Saúde da Família funcionando até aos sábados. Escola com creche atendendo a crianças, jovens e adultos. Moradia digna para as famílias. Rádio difusora comunitária funcionando todos os dias na semana. Na comunidade Maria de Nazaré, localizada na periferia de João Pessoa, esta realidade é possível. Um exemplo de como a participação popular no controle da verba pública e da mobilização em grupos comunitários pode modificar

a realidade dos moradores.

A comunidade Maria de Nazaré está localizada no Bairro dos Funcionários III, ao sul da cidade de João Pessoa. Moram lá, atualmente, cerca de 600 famílias. Sua história inicia-se com uma ocupação organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Ainda existem ruas sem calçamento e casas com estrutura precária, mas esse quadro está prestes a ser revertido, como revela Socorro Miranda, Jurista Popular e coordenadora da Associação de Moradores da comunidade. “Conseguimos recentemente a reconstrução de algumas casas que foram destruídas

pelas chuvas por estarem em zonas de alto risco, como a barreira”.

As casas serão construídas no residencial Parque Sul, obra da Prefeitura de João Pessoa com outros parceiros, no bairro Grotão, zona sul da cidade. Outras casas serão reconstruídas na própria comunidade Maria de Nazaré, desde que o terreno não apresente riscos. Socorro cita ainda as reformas das casas da comunidade, outra conquista da associação. “Algumas casas são pequenininhas e outras estão caindo, em condições precárias mesmo. Tudo vai ser feito em etapas, primeiro a reconstrução das casas que estão em risco, depois as reformas”, explica.

A participação nas reuniões do Orçamento Democrático (OD) e a mobilização de vários membros da comunidade nos espaços de articulação pública, como fóruns, redes, grupos e associações, garantem as conquistas da comunidade. Um dos delegados do OD reside na comunidade e sempre reivindica os interesses locais. Graças a esforços assim, as ações em moradia foram possíveis.

Mais conquistas recentes da comunidade são a construção de um Centro de Defesa Civil, já em funcionamento, e a aprovação de um projeto piloto em João Pessoa para a construção do centro de capacitação profissional para a população local. “Em agosto começa a construção do centro, um projeto da Prefeitura e da Chesf. É um projeto pioneiro e vai ser seguido por outras comunidades”, explica Socorro, entusiasmada.

Comunidade apresenta benefícios alcançados

Emprego – Gerar emprego e renda é o maior desafio da comunidade. “Queria chegar um dia e dizer que Maria de Nazaré conquistou renda para todos, tanto para os pais quanto para os filhos”, conta Socorro Miranda.

Educação – Construíram uma escola com verba da Alemanha. Depois, a verba de um convênio com a prefeitura pagava os professores e os funcionários. Não havia merenda. Agora, existem escola e creche.

Saúde – Diferente da maioria dos PSFs, o de lá funciona através de articulação com os profissionais. O dentista atende no posto e na escola e a equipe apoia um trabalho com as gestantes. Uma parceria com a UFPB permite os atuais plantões aos sábados de um enfermeiro, um agente de saúde e um médico.

Rádio Comunitária – Funciona todos os dias. A maioria dos programas são produzidos pelos jovens, com temas variados e programas como o Falando DHireito, produzido pela Fundação.

Juristas Populares – Socorro, que é Jurista, atende os moradores respondendo sobre inclusão em programas do governo, dúvidas em contas de água e luz e pedidos de pensão alimentícia.



É Pra Morar

Reformas começam e prosseguem até dezembro

Aline Oliveira

Depois de seis anos de luta da comunidade na justiça, as obras de melhorias nos apartamentos do Condomínio Amizade, em Paratibe, João Pessoa, tiveram início no início do mês de junho. Envolvendo moradores no trabalho, o projeto é o primeiro financiado pela prefeitura com recursos da Outorga Onerosa, com um orçamento de R\$ 700 mil, e tem previsão de ser concluído até o final do ano.

Estão sendo beneficiadas 232 famílias que moram no local e um dos pontos mais importantes da obra será o esgotamento sanitário. Além disso, no entanto, também estão sendo feitos o reboco das paredes dos prédios e o revestimento dos banheiros com cerâmica, além da construção de calçadas em todo o condomínio.

O início das obras é um dos resultados de uma ação movida pelo Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferurb) junto ao Ministério Público Estadual por conta das péssimas condições de infra-estrutura do local. Os problemas no condomínio, que fez parte do programa habitacional É pra



Aline Oliveira

Recursos - Obra é a primeira a utilizar Outorga Onerosa e já reformou dois blocos

Morar, já foram confirmados pelo curador do Cidadão, Valberto Lira, que visitou o local e convocou vários órgãos para que tomassem providências. Além da reforma, a Saelpa também está refazendo a instalação elétrica nos apartamentos, colocando medidores novos.

Morando no condomínio há cinco anos, Renildo José dos Santos conta que a comunidade ainda está um pouco desconfiada com o andamento da obra, achando que vai parar no meio do caminho. “Depois de tanto tempo, é natural que a gente fique desconfiado, mas até agora estamos satisfeitos com o que está sendo feito”, explica.

Enquanto a obra dentro dos apartamentos está em andamento, outros oito estão sendo utilizados para abrigar as famílias que moram nos que estão em obra, agilizando o trabalho.

Por conta dos problemas enfrentados no local e pela condição sócio-econômica dos seus moradores, o pedido para que o condomínio seja considerado Zona Especial de Interesse Social (Zeis) já foi aprovado recentemente pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, facilitando a regularização fundiária da área.

Programação

Julho

- 12 a 14 - Seminário Nacional contra Despejos - Recife/PE.
- 15 e 16 - Módulo de Direito Constitucional 2.
- 22 e 23 - Módulo Organização do Poder Judiciário.
- 30 - Festa de Santana no Núcleo de Santa Rita.

Agosto

- 12 - 23 anos de morte de Margarida Maria Alves.
- 19 e 20 - Módulo de Direito Civil 1.

Setembro

- 16 e 17 - Módulo de Direito Civil 2.
- 30 - Oficina de Direito do Consumidor.



Ação por usucapião coletivo em Mussumagro tem nova juíza

A chegada de uma nova juíza na ação por usucapião coletivo urbano em Mussumagro veio retirar um dos maiores entraves que o caso vinha enfrentando: a extrema burocracia imposta pelo juiz anterior. Com isso, os moradores, que teriam que comprovar não possuírem outro imóvel através de certidões de cartórios de todo o país, não vão mais ter que cumprir com esta burocracia inconstitucional. “É uma barreira de acesso à justiça porque estas pessoas não têm condições de arcar com esta despesa”, explica a advogada da

Fundação, Anna Izabella Chaves.

Além disso, a nova juíza acatou a sugestão da Fundação para pedir à Receita Federal que informasse o endereço do proprietário das terras, o que já foi atendido e a citação está sendo aguardada. Todas estas medidas estão fazendo do caso de Mussumagro uma referência para outras ações por usucapião coletivo urbano em outros estados, já que o tema é novo e ainda está sendo construída jurisprudência.

Produção de caranguejo cai 75% em mangue de Bayeux

Aline Oliveira

A exploração desordenada do mangue fez com que a produção de caranguejo caísse 75% em Bayeux, fazendo com que a cidade deixasse de ser a maior produtora do crustáceo na Paraíba. O dado foi apresentado pelo atual coordenador de Meio Ambiente do município, Tarcísio Valério da Costa, durante o Encontro Estadual de Juristas Populares, realizado no início de junho passado, em Tibiri II, Santa Rita. Ele também fez com que a relação entre as comunidades e o mangue fosse um dos destaques do evento, que teve

como tema a “Gestão Pública e o compromisso com a preservação e revitalização do Meio Ambiente”.

A preocupação com o mangue também foi decorrente de sua presença não apenas nas três cidades de atuação dos Juristas, mas em 97% do litoral brasileiro e por ser tido como um verdadeiro berçário da natureza. Afinal, estas são consideradas as terras mais produtivas do planeta e por isso mesmo atraem gente com alto poder aquisitivo, interessada em explorar o potencial mercantil da região.

Em João Pessoa, onde o problema tem que competir por recursos e atenção com outras demandas da cidade, a situação também é crítica. “Além disso, áreas decretadas de preservação ambiental perdem valor e o interesse dos proprietários e acabam sendo alvo daqueles que não têm onde morar, fazendo com que até as margens dos mangues sejam ocupadas com moradia”, avalia o secretário de Meio Ambiente da cidade, Antônio Augusto Almeida, presente no evento.

Cada um tem sua responsabilidade

Para a advogada atuante em meio ambiente, Zildene Brito, a preservação deve ser uma preocupação não apenas dos órgãos, mas também de cada cidadão. “O Poder Público tem a obrigação e nós temos que cobrar, mas também temos que fazer o que é nossa responsabilidade”, acredita. Já o secretário Augusto acredita que a população não faz favor ao acionar o sistema de defesa, já que esta é uma obrigação constitucional do cidadão.

Entre as formas de aumentar a destruição, Zildene destacou dados apresentados por Tarcísio sobre a retirada de oito toneladas de lixo de dentro dos mangues de Bayeux em apenas duas ações da prefeitura. “O maior problema é a cultura de que tudo que é lixo pode ir para o mangue”, avalia.

A presidenta da Fundação Margarida Maria Alves, Socorro Praxedes, lembra que a maioria das conquistas no setor de Meio Ambiente, relacionadas ou não aos mangues, são resultado da ação da Sociedade Civil Organizada.



Aline Oliveira

Responsabilidade - Evento discutiu papel dos Juristas na defesa do meio ambiente

Ação deve ser local pensando no global

“O Meio Ambiente começa dentro de nós. Não adianta passar um fim de semana discutindo isso e depois sair jogando o papel do bombom no meio da rua”. Foi com esta provocação que ficou marcada a participação do professor Belarmino Mariano no Encontro, apesar deste tom ter sido observado em quase todas as mesas.

Para o professor Mariano Ferreira, diretor da escola Estadual Machado de Assis, em Tibiri II, cuidar do meio ambiente deve

começar dentro de casa. Ele contou que, trabalhando com educação ambiental, aprendeu que ao lidar com lixo, estava lidando com esperança.

“É preciso se perguntar: que ambiente estou trabalhando para mim? Temos que trabalhar a ecologia da alma, o meio ambiente a partir de si mesmo”, acredita. O desafio de Ferreira é fazer com que os alunos de sua escola tenham uma “ação local pensando no global”.

“Só falta um tijolo de cada um de nós”

Fundação mobiliza para construção de auditório

Aline Oliveira

“Só falta um tijolo de cada um de nós”. Foi com este slogan que a Fundação lançou no início de maio a campanha para mobilização de recursos para a construção de seu auditório, um espaço que vai permitir a ampliação das atividades de formação desenvolvidas pela entidade. Dirigida não apenas a empresários da construção civil, mas também a pessoas físicas e jurídicas de outros setores que estejam interessadas em contribuir com a formação para a cidadania, a campanha tem como objetivo garantir os R\$ 110 mil orçados para a obra. O projeto de engenharia já foi doado pela JCA Construções e Planejamento.

Todo o projeto, aliás, foi idealizado respeitando as possibilidades de trânsito de portadores de deficiência física e também prevê salas menores para trabalhos em grupo. O mobilizador de recursos da Fundação, Michel Araújo, está fazendo visitas a empresas do setor em busca de doação de material, mas ele garante que há outras formas de contribuir. “Qualquer pessoa pode comprar um tijolinho fazendo uma doação de qualquer valor”, explica. Para facilitar a vida de quem quer ajudar, estão sendo vendidos tijolos simbólicos nos valores de R\$ 5, R\$ 10 e R\$ 20.

Paralelo à campanha, seguem as vendas dos produtos da grife da Fundação, que foram registrados pelo fotógrafo Rizemberg Felipe e agora estão disponíveis no *site*. Entre as estratégias de mobilização de recursos para manter os trabalhos em funcionamento, a Fundação também está alugando a sala Mary Josephine, um espaço que pode receber até 30 pessoas para atividades de grupos com trabalho afinado com a missão da entidade. O local é climatizado, conta com carteiras acolchoadas, quadro branco, *flip chart* e retroprojektor.



Rizemberg Felipe

Produtos - Grife com camisas e bolsas está à venda no site e na sede da Fundação

Outra forma disponível de mobilização de recursos é a troca de serviços. Atualmente, a Fundação está experimentando uma troca de serviços com a Associação dos Documentaristas do Brasil (ABD) que está produzindo o vídeo institucional da entidade, que deve ser concluído em agosto, em troca da revisão de seu estatuto. “Esta é uma forma bastante interessante de captar recursos porque representa um ganho para ambas as entidades”, avalia Michel. As entidades interessadas devem procurar a equipe técnica da Fundação para fazer a proposta e discutir as possibilidades de troca.

Já deram seu tijolo

JCA Engenharia e Construção - 500 tijolos
 As Bastianas - 300 tijolos
 F&A Gráfica - 100 tijolos
 Cida Alves - 50 tijolos
 Signo Comunicação - 20 tijolos
 Iniciativa - 5 tijolos
 Buda Lira - 2 tijolos

